

Felizmente, o BCE não está a cumprir os seus objectivos

O dislate de uma norma prevista no OE/2011; a tragédia da queda do euro; a tentativa de humilhar os TOC; a insustentável crise moral e um país ainda igual ao descrito por Eça de Queiroz

Por **Jorge Magalhães**

É uma entrevista sem medo das palavras, onde se fala da perversidade e absurdo de uma norma (obrigatoriedade das empresas recorrerem ao ROC para deduzirem prejuízos fiscais) ou da tentativa, que se mantém, de humilhação de uma classe, apesar das alterações entretanto surgidas. É uma entrevista na qual Manuel dos Santos, presidente da Mesa da AG da OTOC, não se mostra chocado com o recurso ao fundo de estabilização

monetário da UE, associado ao FMI, e afirma, de forma peremptória, que nos últimos dois anos não foi dita a verdade ao povo português. Igualmente sem hesitações, defende que Portugal vive no turbilhão de cinco crises, a mais grave das quais a moral, e que não podemos esperar ética e misericórdia dos mercados. Aliás, se não fosse o BCE, o país já teria entrado em *default*, garante. Porque, assegura o economista, «os mercados não se deixam iludir.»



TOC – A OTOC tem manifestado, de forma frontal, a sua discordância contra uma disposição no OE que obriga as empresas a recorrer aos serviços de um Revisor Oficial de Contas para poderem deduzir prejuízos fiscais. Esta posição merece a sua concordância?

Manuel dos Santos – Totalmente. Tenho, aliás, uma posição bastante radical. Não compreendo a razão de ser dessa disposição. Ainda a perceberia se fosse assumida e se daí resultasse, directamente, algum benefício para o Estado, como por exemplo o aumento da receita fiscal. Apesar de haver coisas com as quais não concordamos, dada a situação débil das finanças portuguesas, poderíamos entendê-las. Mas nem sequer vejo isso nesta proposta...

TOC – Será uma forma de tentar desincentivar as empresas a reportarem os seus prejuízos fiscais?

M. S. – Se o é, é-o de uma maneira perversa. Fazer as coisas para que as pessoas ou entidades não possam usufruir dos seus direitos é de uma perversidade total. Mas é a única leitura que pode ter alguma “racionalidade”. Criam-se tantas dificuldades que as empresas acabam por desistir. Se é para ser assim, mais valia que o Governo assumisse, de uma vez por todas, que deixa de ser possível deduzir os prejuízos fiscais. Apesar de tudo, quero acreditar que a perversidade não chegou a esse ponto. Penso que acabará por existir um entendimento. A questão geral não tem justificação alguma e constituiu um precedente gra-

víssimo: atribuiu aos TOC uma etiqueta de irresponsabilidade e de incompetência. Se as contas são feitas por TOC ao longo do ano, período durante o qual

que tal está correcto, colocando em jogo a sua responsabilidade civil, deontológica e ética, se, mesmo assim, ainda é preciso um profissional com competências diferentes confirmar aquilo que o TOC fez, isso é passar um atestado de incompetência ao Técnico Oficial de Contas e colocar em desigualdade duas ordens profissionais.

TOC – É uma tentativa de menozizar uma classe?

M. S. – É uma tentativa de menozizar os Técnicos Oficiais de Contas. A minha reacção, enquanto presidente da Mesa da Assembleia-Geral, e de algum modo representante de toda a classe, é de absoluto repúdio em relação a esta norma. Se fosse levada até ao fim, traduzir-se-ia, na prática, por dizer: temos duas Ordens, só que uma é constituída por profissionais competentes e outra por profissionais menos competentes. Isso é inaceitável porque seria um recuo em relação à lógica da fundação da OTOC. O Governo, quando a criou, atribuiu-lhe determinados poderes e deu-lhe uma certa representatividade. Se o mesmo Governo diz agora que, afinal, deu o estatuto de Ordem aos TOC, qualificou-os profissionalmente mas para este serviço não servem e tem de recorrer ao vizinho do lado, isso é absolutamente inaceitável. A OTOC deve reagir contra isso.

TOC – O ministro das Finanças esclareceu que a necessidade do ROC só acontecerá no segundo ano de prejuízos...

M. S. – Nesta altura em que falamos, essas informações não es-

PERFIL



Economista, professor universitário e gestor de empresas, foi deputado ao Parlamento Europeu entre Julho de 2001 e Junho de 2009, onde exerceu o cargo de vice-presidente. Foi também membro efectivo da Comissão Parlamentar dos Assuntos Económicos e Monetários e suplente da Comissão Parlamentar da Indústria e Investigação.

Manuel dos Santos é presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas desde 1999 e desempenhou funções como vereador da Câmara Municipal do Porto e de deputado à Assembleia da República, entre 1980-2001. No hemiciclo, presidiu à Comissão de Economia e Finanças e à Comissão de Indústria, Comércio e Turismo. Foi secretário de Estado do Comércio do XIII Governo Constitucional.

o processo fiscal e de criação de rendimentos se desenvolve, se é o TOC que acompanha tudo isto, e se depois atesta que essa actividade deu origem a um défice e

tão ainda consolidadas. Sei que a norma só se aplicaria ao fim do segundo ano de apresentação de prejuízos fiscais consecutivos. Por outro lado, isentar-se-iam as microentidades, incluindo as profissões liberais e as sociedades de transparência fiscal. O problema foi, de algum modo, minorado e a Ordem revê-se mais neste novo grau de exigência. Mas tal também só foi possível por força de pressões legítimas exercidas pela OTOC e por diversas outras associações representativas de vários quadrantes da nossa economia.

TOC – Mas a questão de fundo mantém-se...

M. S. – Pessoalmente, continuo descontente. Continua implícita a mesma desconfiança em relação aos TOC.

TOC – É a ideia, defendida pelo bastonário, de que essa norma «demoniza uma profissão, en-deusando outra»?

M. S. – Os TOC têm tarefas e competências próprias nas quais os ROC não devem intervir, sobretudo com o estímulo do Estado, o que é ainda mais grave, e vice-versa. Neste caso concreto, estamos perante uma competência dos TOC. Não faz sentido colocar um revisor a fiscalizar a tarefa de um TOC. Depois, há ainda esta situação: nas empresas que, por lei, já são obrigadas à certificação, se tiverem prejuízos durante dois anos, na versão que está em cima da mesa terá que haver um outro ROC a atestar o trabalho do seu colega. Isto é um absurdo total. Daí fazer sentido a sua observação de que o que parece estar em

causa é a tentativa de criar dificuldades para que as empresas não reportem prejuízos. É uma atitude, insisto, perversa. Custa-me a acreditar nisso...

TOC – O ministro das Finanças já garantiu que não vai deixar cair a norma e que ela é «imprescindível» no combate à fraude e evasão fiscal. Esta é uma razão válida?

A partir do momento em que a nossa profissão atingiu o patamar mais alto, passando a Ordem, não há Ordens de primeira ou de segunda.

M. S. – Estou totalmente de acordo com o combate à fraude e evasão fiscal, mas isso é feito responsabilizando os TOC pelas contas que aprovam. Neste caso, não se trata disso. É uma medida que vai pesar sobre a tesouraria das empresas. Quanto é que vai receber um ROC chamado a certificar as contas nestas circunstâncias? Esta lei é um disparate completo. Aliás, digolhe mais, e assumo totalmente a responsabilidade disto: o senhor secretário de Estado dos Assuntos Fiscais disse numa reunião para explicar esta proposta duas coisas graves: que a reacção da OTOC era corporativa, o que é um dislate total, uma vez que a Ordem não tem essas funções. Mesmo que ele pense isso não o pode afirmar. Disse ainda ou-

tra coisa gravíssima: para ele os ROC tinham, inquestionavelmente, mais competência do que os TOC. Nem TOC nem ROC têm mais competências. A partir do momento em que a nossa profissão atingiu o patamar mais alto, passando a Ordem, não há Ordens de primeira ou de segunda. Isto não faz qualquer sentido. É um tiro que o Estado dá em si próprio. Esta é a minha posição e não, necessariamente, a da Ordem ou do bastonário.

TOC – Enquanto tivermos um sistema no qual sejam as próprias entidades interessadas a pagar a revisão de contas, há ou não todo um processo que está subvertido?

M. S. – Obviamente que sim.

TOC – Seria desejável um sistema mais semelhante ao inglês?

M. S. – Esse seria um caminho que poderíamos seguir e que defenderia também os próprios ROC. Mas ainda tenho esperança que o bom senso regresse e que a autorização legislativa acabe por não ser usada. Para mim, a solução era eliminar este preceito. Ponto final. A solução agora encontrada, sendo melhor que a de partida, e que a Ordem não irá rejeitar, não corresponde à reposição da situação anterior. Por muito que a norma só se aplique a um universo mais restrito de empresas, continua a humilhar os TOC. Não humilha tantos, mas humilha alguns. O princípio continua lá.

Voltando à sua questão: é óbvio que o nosso modelo cultural é diferente. A independência absoluta também não existe em parte



alguma. Mas esse é um modelo que me parece melhor. Aliás, em termos de *accountability* os ingleses estão séculos à nossa frente. Talvez fosse melhor que o Estado se dedicasse mais a essas questões e não interferisse, como agora, em situações que acabam por causar profundo mal-estar.

TOC – Para além desta medida, que outros pontos no OE/2011 lhe merecem reparo?

M. S. – Este Orçamento procura dar resposta a uma situação muito complicada, incorporando um plano de austeridade violento que visa, a curto prazo, obter o equilíbrio indispensável para as finanças públicas portuguesas. Questiono-me se o *mix* de soluções será o mais apropriado. Este plano de austeridade assenta, teoricamente, mais no corte da despesa pública do que no aumento dos impostos. No plano teórico é assim, no prático não. Dou-lhe um exemplo: quando se diminuem benefícios fiscais, tecnicamente estamos a diminuir uma despesa mas estamos a diminuir um imposto negativo, ou seja, estamos a aumentar um imposto. Se deixar de deduzir despesas com saúde, estão a aumentar-lhe o imposto sem mexer nas taxas. Há duas maneiras de aumentar os impostos: através da taxa ou mexendo na matéria colectável. Aparentemente, o ajustamento é maior do lado da despesa. Há intenção de que várias despesas do Estado diminuam significativamente, como é o caso de encargos com a compra de bens intermédios, mas é sobretudo com base no rendimento das pessoas que esse ajustamento é feito.

TOC – Ou seja, são os rendimentos do trabalho a pagar o grosso da factura?

M. S. – Basicamente, sim. Com a agravante de ser de alguém que está ligado à administração pública e fiscal. Interiorizou-se a ideia de que era preciso fazer ajustamentos pela via da despesa pública e consagrou-se a noção de que baixando os salários da função pública estava a diminuir-se a despesa. Diminuir o salário de um funcionário cinco por cento ou fazer incidir sobre o seu rendimento um imposto extra de cinco por cento é exactamente a mesma coisa. Na prática, diminuir salários é aplicar um imposto extraordinário. Este é o tipo de acção que é despesa e receita ao mesmo tempo. Ou seja, quando o Governo diz que está a fazer o ajustamento em dois terços pela diminuição da despesa e um terço pelo aumento da receita, está certo do ponto de vista das contas públicas. Se formos avaliar mais em concreto, tudo o que tem a ver com rendimentos pode, no fundo, ser interpretado como um aumento da carga fiscal. No fundo, foi-se pelo caminho mais fácil.

TOC – Esta austeridade tem como objectivo colocar o défice em torno dos 4,6 por cento. Dentro de um ano, teremos mais austeridade para que se consiga atingir os três por cento?

M. S. – Se foi ajustado com a UE um défice de 4,6 por cento, devemos fazer todos os possíveis para o cumprir. O meu problema é como é que se chegou a esse número. Nunca vi ninguém explicar isto. Provavelmente, há

uma boa razão. Os vários países têm objectivos diferentes, o que se calhar tem uma lógica, mas nunca ninguém a explicou. O momento-chave foi quando se negociou com a Comissão Europeia e se aceitou 4,6 por cento. Não sei se se recorda que este ano, inicialmente, a UE aceitou 8,3 por cento e, depois, veio pedir um esforço suplementar para que se conseguisse um défice de 7,3 por cento. Mas porquê este número? Porque é que há países que têm de ter o equilíbrio até 2012 e outros em 2013? O que foi aceite pelo Governo, e se calhar bem, apesar de não conhecer a explicação, é dos planos de austeridade mais violentos entre os países que estão em dificuldades.

TOC – Era o caminho possível?

M. S. – Interrogo-me se não teria sido possível um plano mais aliviado, de forma a permitir um ajustamento mais suave, dando mais tempo à própria economia. Isto é um esforço grande, agravado com a instabilidade política e que poderá ser agravada quando se começarem a aplicar as medidas. Este ajustamento pode não ser suficiente. A chamada pressão fiscal sobre os agentes está praticamente no máximo. O IVA pode subir mais? A nossa margem de manobra é muito reduzida. Estas coisas fazem-se correctamente no papel mas, na prática, podem não funcionar. Se tal acontecer haverá recurso a mais medidas extraordinárias, como os fundos de pensões, atirando o problema lá mais para a frente. Mas os famosos mercados vêem isso. Para os mercados, o nosso défice deste ano não é de 7,3 por cento mas rondará os nove por cento, que é o que seria

sem o fundo de pensões da PT. Os mercados não se deixam iludir.

TOC – Os mercados interessam-se mais por execuções orçamentais do que por orçamentos...

M. S. – Sem dúvida.

TOC – Há um ano dizia-me que «no quadro da moeda única, o País nunca é insolvente. Temos é de mudar de vida». Já iniciámos essa mudança?

M. S. – Os sinais dados pelo poder político nos últimos dois anos foram negativos. Percebo que há ciclos eleitorais que é preciso respeitar. Disputar eleições numa altura em que o país precisava de um plano de austeridade seria um suicídio. Este é o grande problema ético: saber se os partidos devem falar verdade ou ajustar os seus ciclos aos ciclos eleitorais, independentemente do resultado que possam vir a obter. Essa experiência não está feita em lado algum. Tivemos a Manuela Ferreira Leite que denunciou, e bem, algumas dificuldades que iríamos atravessar mas foi trucidada em termos eleitorais. De há dois anos a esta parte que havia indicadores mais do que suficientes de que seria necessário ir preparando um plano de aproximação à austeridade, o que infelizmente não foi feito. Não fizemos o que nos competia. Não digo que evitaríamos o plano de austeridade, porque há factores externos que vieram potenciar a nossa crise. Até mesmo em Maio deste ano, se o PEC I e II fossem mais realistas, sobretudo em relação à execução orçamental de 2010, poderíamos ter tomado medidas que agora evitaríamos outras mais duras.

TOC – Já começamos a «mudar de vida»?

M. S. – A sua pergunta faz a ligação a problemas mais complicados. Temos hoje um problema intrínseco na zona Euro. Fez-se uma integração absoluta no âmbito das políticas monetárias mas não se fez a integração em políticas que eram imprescindíveis. O euro foi feito com alicerces frágeis e agora estamos a pagar essa dificuldade inicial. A própria Alemanha, por exemplo, não está nas mesmas condições de apoiar países em dificuldade como o estava há um ano.

Por muito que a norma só se aplique a um universo mais restrito de empresas, continua a humilhar os TOC. Não humilha tantos, mas humilha alguns.

TOC – Herman van Rompuy, presidente do Conselho Europeu, ainda há poucos dias afirmou que «se a zona Euro não sobreviver, a União Europeia também não sobreviverá.» Estamos na iminência de?

M. S. – A União Europeia já existia antes do euro. Se não tivesse sido criado o euro, a UE continuaria a existir, embora fosse mais frágil. Se o euro caísse agora seria dramático. Toda a lógica da União Europeia seria posta em causa. A UE não acabaria, mas

assistiríamos a um retrocesso inimaginável.

TOC – Os políticos, ou boa parte deles, têm apontado o dedo aos mercados. Curiosamente, Paul Krugman classificou há pouco tempo a actuação dos mesmos com estas palavras: «Pão e circo para as massas; cocaína e prostitutas para os mercados.» Que comentário lhe merece?

M. S. – (risos) Estou de acordo com o Presidente da República quando diz que é preciso deixar de falar nos mercados. O que são os mercados? São agentes económicos e financeiros. Não se pode esperar dos mercados um comportamento ético e de misericórdia. Os mercados aproveitam oportunidades e passam o tempo à procura delas. Se puderam ganhar 20 não se limitam a ficar apenas com dez. Hoje vemos na sociedade portuguesa uma corrida aos dividendos antecipados que é perfeitamente imoral mas que o enquadramento legal permite. Portanto, não podemos esperar dos mercados, prefiro dizer agentes económicos, que estejam a nosso favor. A acção dos mercados é a consequência, não é a causa. Os mercados só actuam de forma hostil contra a economia grega, portuguesa ou qualquer outra, se elas se colocarem a jeito. Não podemos esquecer que a taxa média da nossa dívida está nos 3,6 por cento, o que quer dizer que temos muita dívida abaixo dos três por cento. Nessa altura ninguém se queixava dos mercados.

TOC – O BCE tem ajudado a banca portuguesa a financiar-se. Não teme que a Europa, mais

cedo ou mais tarde, acabe por se cansar de ajudar os membros mais fracos?

M. S. – Se não tivéssemos recurso ao BCE já estaríamos com o problema de reescalamento da dívida, não teríamos condições para pagar o que devemos. O nosso problema é que vamos ao mercado contrair dívida para pagar aquilo que se vai vencer. Se o BCE não estivesse a apoiar os nossos bancos teríamos gravíssimas dificuldades em financiar a renovação da dívida, o que significa que Portugal teria de entrar em *default*, em acordo de credores, tal como se faz numa empresa. Felizmente, o BCE está a meio caminho entre aquilo que é a sua vocação inicial, que seria não intervir nestas situações, e aquilo que é a Reserva Federal Americana.

TOC – Como assim?

M. S. – Está a ceder liquidez aos mercados, ainda que de forma enviesada, porque não pode ceder directamente aos Estados. Cede aos bancos e estes compram dívida soberana. Na prática, o BCE, não o estando a fazer formalmente, está a criar moeda, moeda escritural. Ao criá-la está a pôr em causa, de algum modo, o sacrossanto princípio da estabilidade dos preços, o seu grande objectivo. Por isso digo que, felizmente, o BCE não está a cumprir os seus objectivos...

TOC – O facto da inflação estar controlada pode ajudar a explicar isso...

M. S. – A actividade económica não aqueceu e isso tem permiti-

do que o BCE não esteja a cumprir, e reforço, felizmente, os seus objectivos. Se a torneira se fechasse, Portugal teria de reescalonar a sua dívida. O teste vai ocorrer no primeiro trimestre de 2011. Portugal, por um azar dos Távoras, tem cerca de 40 por cento da sua dívida que se vence no primeiro trimestre de 2011. Portugal não tem dinheiro para a pagar e, por isso, vai ter de pedir de um lado para pôr no outro. O drama é que tem uma taxa média de 3,6 por cento e vai conseguir agora uma taxa de 6,5 ou sete por cento. Pelas minhas contas, isto pode significar cerca de 2 100 milhões de euros de aumento nos juros em base anualizada, ou seja, o fundo de pensões da PT.

TOC – Também é dos que acredita que a culpa da escalada dos juros é da sra. Merkel?

M. S. – Em parte, sim. A declaração dela, que até entendo, a dizer que os credores têm que aguentar parte dos prejuízos que os países em dificuldades venham a registar, colocou esses tais mercados em alerta, porque o risco aumenta. Quando ela diz que se um país não puder pagar, metade tem que ser pago com o dinheiro dos contribuintes e metade são perdas dos investidores, levou ao aumento do risco e das taxas de juro. Tanto é assim que ela foi obrigada a corrigir as suas afirmações, dizendo que estava a falar internamente para o seu próprio partido e que tal só se aplicaria para o futuro, que é para onde os mercados olham...

TOC – Fracas desculpas...

M. S. – Sem dúvida. É imoral. Uma chanceler da Alemanha não pode ter dois discursos... Aproxima-se o momento da verdade para a União Europeia. E isso passa por saber se a união económica e monetária vai ser completada com uma integração económica mais ampla e que, obviamente, tem enormes dificuldades políticas ou se vamos continuar a conviver com uma integração monetária e com uma fraca integração económica, industrial e comercial. Se este problema não for resolvido, a UE, tal como a vemos hoje, corre sérios riscos.

TOC – Uma possível vinda do FMI é o reconhecimento do nosso falhanço como povo e, sobretudo, da incapacidade das suas elites?

M. S. – Nunca falo da vinda do FMI, falo no recurso ao fundo de estabilização financeira da União Europeia. Parece um mero jogo de palavras, mas não é. Estamos integrados num espaço económico que criou um mecanismo de 700 mil milhões de euros para ajudar nestas situações, através de um regulamento que não é muito perceptível. Basta um país dizer «não» para que não possa aplicar-se. Ainda há poucos dias a Áustria ameaçava não autorizar a continuação do plano na Grécia porque esta não estaria a cumprir o acordado, o que quer dizer que tudo isto está ainda muito dependente da vontade política.

Prefiro falar no recurso ao fundo de estabilização da União Europeia, porque esse é que vem na lógica do nosso processo de integração. O espaço onde nos



inserirmos tem que estar saudável. Se há uma parte que não o está, tem que ser tratado no seu interior. O FMI tem uma visão um pouco diferente do que tinha há duas ou três décadas e tem a experiência de lidar com estas situações, mas está agregado ao fundo de estabilização da União Europeia, com 150 mil milhões de euros. Tudo junto dá uma quantia brutal. São quase seis vezes o PIB português. Não demonizo isso, da mesma forma que não posso demonizar um doente que vai ao médico. Quando vamos ao médico, por simpático que seja, vamos contrariados. Mas não é por isso que o devemos demonizar. O médico não é culpado. Portanto, a entrada do fundo de estabilização da União Europeia, associado ao

FMI, sobretudo num período que não temos uma situação política clarificada, ajudaria a pôr as coisas na ordem, partindo do princípio de que este plano de austeridade, a não ser que nos tenham enganado, será suficiente e adequado para resolver a primeira fase da crise. É evidente que, do ponto de vista de credibilidade das nossas instituições, é o reconhecimento de que os portugueses foram incapazes de resolver os problemas sozinhos e teve que vir alguém de fora. Ao contrário das intervenções anteriores, há um aspecto que tem que ser relevado: nos casos passados, a crise deveu-se sobretudo a erros portugueses. Agora é de erros cometidos pelos portugueses, mas também por factores que não controlámos. Portanto, é legíti-

mo que se aceite uma intervenção externa. Não me choca.

TOC – Uma forma de evitar futuros dissabores poderia passar por introduzir na Constituição um limite máximo à dívida pública, por exemplo, tal como sucede na Alemanha?

M. S. – A ideia atrai-me, sobretudo ao nível da dívida pública e não tanto do défice. A dívida cresce na medida em que crescem os défices, mas não tem que crescer exactamente na mesma medida. Essa parece-me uma boa ideia.

TOC – Em 1872 Eça de Queiroz escrevia sobre Portugal: «Um País geralmente corrompido em que aqueles mesmos que sofrem

**não se indignam por sofrer.»
Este é ainda o Portugal de 2010?**

M. S. – Não sei se é o Eça de Queiroz que tinha uma mente privilegiada e conseguia antecipar os acontecimentos ou se é Portugal que é de tal forma imobilista que nada muda. Isso é notável, porque é o meu sentimento. Aliás, costumava dizer que há cinco crises em Portugal: financeira, económica, social e política. Mas estas quatro são as que menos me preocupam. Preocupa-me mais a quinta: a crise moral. Numa altura em que se introduz um pacote de austeridade como este e continuamos a saber de casos, e não quero entrar por demagogias, como o de um assessor da Câmara de Lisboa que por estar ligado a determinado partido político, ganha milhares de euros e, simultaneamente, acumula com apoios à constituição de uma empresa que nunca ninguém viu, são sinais muito negativos. Não é possível pedir ao País um plano de austeridade e, simultaneamente, não limpar estas coisas. O caso da antecipação dos dividendos é outro mau exemplo.

TOC – Mas é legal...

M. S. – A Ordem já foi consultada sobre esta matéria dos dividendos e já deu contributos técnicos sobre a forma como deve ser escrita a alteração à lei. Neste caso, já estamos a falar em quantias muito significativas. É bom avançar-se neste campo. Quando o Eça diz que Portugal é um país geralmente corrompido, e que quem sofre não se indigna, isso é indiscutível. O alheamento que esta opinião pública demonstra, a forma como as pessoas ainda não se aperceberam

do que lhes vai acontecer, deixa-me sem palavras.

TOC – Essa questão moral de que fala poderá ser alterada no actual contexto político?

Esta crise tocou em pontos que eram considerados tabu. Há um ano não estaria aqui a dizer que se iria mexer nos salários da função pública.

M. S. – Mais do que possível, é necessário. Nos últimos dois anos, não se falou verdade. Não interessa agora discutir isso, não estou aqui a fazer nenhum juízo moral. Valorizou-se muito a ideia de que era possível criar expectativas positivas sempre na esperança de que a conjuntura internacional não obrigasse o país a tomar posições tão drásticas como aquelas que vai tomar. Isto é defensável, mas nunca foi a minha posição. Sempre defendi que, num mundo globalizado, com informação muito rápida e abundante, aquela ideia não funcionava e teria mesmo efeitos negativos. Porque as pessoas, quando percebessem que estavam a ser enganadas, mesmo quando lhes fossem falar verdade, já não acreditariam. Parece-me que entre o oito e o oitenta teria sido possível encontrar um meio-termo.

TOC – Houve erros grosseiros...

M. S. – Sem dúvida, foram cometidos erros técnicos dramáti-

cos. A baixa do IVA em um ponto percentual, o aumento da função pública em cinco por cento, porque a tabela salarial aumentou 2,9 por cento mas depois, somados os subsídios, progressões na carreira e outros factores, atingiu mais de cinco por cento, muitas parcerias público-privadas que foram lançadas, a política dos medicamentos, os subsídios atribuídos a actividades económicas com reduzida possibilidade de produzirem alguma coisa... Tudo isto correspondeu a sinais que se enquadravam na tal teoria da gestão de expectativas positivas que agora estamos a pagar, com a gravidade de que estamos a tirar às pessoas algo que elas já consideravam como adquirido. Por exemplo, os cidadãos pagavam dez unidades de conta por um medicamento e agora vão passar a pagar 15. Não pensam que durante muitos anos deveriam ter pago 15 mas que só pagavam dez porque esse bem era subsidiado. Ninguém faz este raciocínio. As pessoas dizem é que pagavam 10 e passarão a pagar 15, até porque ajustaram os seus padrões de vida. O que esta crise está a fazer de mais cruel é que tocou em pontos que eram considerados tabu. Há um ano não estaria aqui a dizer que se iria mexer nos salários da função pública. O ministro das Finanças disse-o com uma certa crueldade há poucos dias, afirmando que era para sempre. Não era necessário dizê-lo daquela forma. Há uma má gestão do discurso político. Isto desmobiliza as pessoas. E voltamos de novo ao Eça. Noutros países isso teria dado azo a manifestações de rua, destruição de carros, de bens privados. Em Portugal não é assim. Mantemos esta alegria triste...✂